

Washington propõe plano para a dívida

por Paulo Sotero
de Washington

No que poderá ser uma derradeira tentativa para superar o atual impasse nas negociações, os representantes do Brasil e do comitê de bancos credores começaram a discutir ontem, em Nova York, uma complexa proposta, patrocinada pelo governo de Washington, que envolve, por um lado, um depósito em conta especial, numa instituição oficial, de um montante equivalente ao total dos juros devidos aos credores privados em 1987, ou seja, cerca de US\$ 4,5 bilhões, a serem integralizados na proporção de um terço pelo Brasil e dois terços pelos bancos, e, por outro, um vago compromisso do governo brasileiro de iniciar entendimentos com o Fundo Monetário Internacional com vistas a um acordo do tipo "stand-by".

Para dar tempo aos dois lados de debulhar a proposta, os EUA adiaram até o fim da semana que vem



Fernão Bracher

qualquer decisão sobre a classificação dos empréstimos dos bancos a ser discutida na reunião anual quadrimestral do Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), que começa nesta semana.

A proposta é vista por banqueiros e fontes do governo brasileiro como uma forma de Washington colocar pressão sobre os

dois lados e reafirmar sua contestada estratégia para a dívida. Em relação ao Brasil, ele contém o duplo objetivo de levar à suspensão da moratória e forçar o País a um rápido acordo com o FMI. Por outro lado, sua aceitação representaria um maior comprometimento dos bancos com a transferência de recursos aos países endividados, que é uma das partes em que o chamado Plano Baker tem feito água.

Sentindo a pressão de Washington, fontes financeiras, ouvidas por este jornal, disseram que, sob certas circunstâncias, a proposta pode abrir um caminho para o entendimento. Elas se recusaram, contudo, a prever um desfecho, afirmando que tudo dependia, em primeiro lugar, de o governo brasileiro apresentar a proposta aos bancos. "A minha primeira dúvida é se o governo brasileiro aceita colocar US\$ 1,5 bilhão e assumir essa proposta", afirmou um executivo de um grande banco. "Um dos problemas óbvios é o da contribuição de cada lado. Os bancos vão querer discutir por que eles têm de colocar dois terços do dinheiro e o Brasil, apenas um terço", afirmou um outro banqueiro, em Nova York.

"Há também a questão do número de bancos que participariam desse depósito. Quanto mais bancos, mais tempo se levará para conseguir chegar ao montante especificado. Mas se você reduz muito o número de bancos que entrarem, a parcela de cada um também pode ficar pesada demais", acrescentou. Neste particular, há também dúvida sobre o interesse dos bancos europeus e japoneses em participar de um esforço que, de imediato, servirá para resolver problemas apenas para os bancos norte-americanos.

Outro problema, para os bancos, é o papel dos organismos internacionais. Fontes financeiras disseram a este jornal que o esquema do depósito não agradará a muitos bancos porque não contém nenhuma participação dos credores oficiais, ou seja, dos governos. "Esse depósito é parecido com o empréstimo-ponha dos bancos para os próprios bancos, de que o Bracher falou na primeira reunião com o comitê", afirmou o executivo de uma grande instituição de Nova York,

(Continua na página 20)

Cética reação dos políticos

por Andrew Greenlees
de Brasília

A proposta do governo Ronald Reagan, dos Estados Unidos, para que o Brasil e seus credores privados superem o impasse na negociação da dívida externa, estimada em US\$ 112 bilhões, tem um item de forte conotação política, para o governo José Sarney — o do imediato entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para um acordo "provisório", ou seja, com prazo até o final deste ano.

Sarney, atrelado ao apoio político do maior partido, o PMDB, ao seu governo e na antevéspera de decisões polêmicas na Constituinte, como a definição do seu próprio mandato, tende a ter dificuldades para obter o aval do PMDB a esse acordo, caso aceite a proposta.

As reações surgiram ontem mesmo. O senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos principais articuladores da área econômica do partido, considerou, por exemplo, que o governo vem agindo "com muita pressa" ao negociar a dívida externa.

Severo Gomes prevê "resistências muito grandes" dentro do PMDB a um eventual acordo com o FMI. "Não dá para ir ao Fundo", resume o senador, que assegura desconhecer qualquer plano do governo nesse sentido. Acha que a trajetória das negociações continua a passar, em primeiro lugar, pelos bancos privados "e, mesmo assim, deve ser bem devagar".

Um dos membros da comissão do Senado Federal que acompanha as negociações no exterior, senador Virgílio Távora (PDS-CE), confirmou ontem o pagamento simbólico de US\$ 1,5 bilhão, que o governo depositaria no Banco da Basileia, Suíça, como sinal de "boa vontade" por parte do governo brasileiro. A negociação, segundo ele, continuaria com os bancos e, "depois, vamos encarar o problema do FMI".

O Partido da Frente Liberal (PFL) apoiaria uma cláusula de consulta ao FMI, como na proposta do governo Reagan — garantiu o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen, no Rio, a Vera Saavedra Durão, deste jornal. "No governo, como um todo, não sei" — comentou Simonsen, que, além de membro, é uma espécie de conselheiro econômico da cúpula do PFL.

Para o empresário Flávio Teles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira, o maior problema dessa negociação será dentro do País: "Temos de cortar os gastos e sanear as empresas públicas".

Washington propõe...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

Segundo a proposta, o dinheiro ficaria sob custódia de uma entre duas instituições: o Bank of International Settlements (BIS), uma espécie de banco central dos bancos centrais que já é fiel depositário das reservas brasileiras de divisas, ou o Federal Reserve Bank of New York, que é parte do sistema da Reserva Federal dos EUA administrada pelo Federal Reserve Board (Fed, o banco cen-

tral norte-americano). No caso de os dois lados chegarem a um entendimento, o dinheiro depositado seria usado para pagar os juros de 1987, segundo um cronograma e condições que constariam do próprio acordo. Se não houver acordo, o dinheiro volta à mão do dono.

Refletindo o que deverá ser uma das questões mais delicadas das negociações, as versões diferem sobre qual seria o elemento desencadeador da busca do acordo com o FMI pelo Brasil. Duas fontes bancá-

rias afirmaram a este jornal que o governo brasileiro teria demonstrado ao governo norte-americano a disposição de iniciar os entendimentos com o FMI ainda neste ano, talvez já em novembro. Uma fonte oficial brasileira esclareceu, contudo, que não houve mudança na posição brasileira em relação a esse ponto.

"Como o ministro Preser Pereira já disse, o Brasil está disposto a iniciar negociações com vistas a um acordo com o FMI assim que os bancos concordarem com os termos de um reescalonamento da dívida brasileira, nas linhas da proposta que lhes foi entregue (no último dia 25 de setembro)", afirmou. E, embora não pareça provável, isso poderia, teoricamente, acontecer na semana que vem. "Não mudou, também, a nossa recusa a aceitar qualquer vinculação entre os desembolsos do acordo a ser feito com os bancos, com o programa e com o FMI. E é importante lembrar que, juridicamente, o acordo com o FMI é um endosso deste ao programa brasileiro, que ocorre depois de uma negociação na qual há, obviamente, alguma interação", acrescentou a fonte oficial brasileira.

A posição brasileira, desde o início das negociações, é achar uma solução que concilie a necessidade de evitar a reclassificação pelo ICERC com o desejo de não ver sua posição negociadora enfraquecida perante os bancos. A proposta que começou a ser discutida ontem envolve apenas um entendimento sobre a moldura dentro da qual se tentará chegar a um acordo de reescalonamento da dívida.

Nesse sentido, ele pode atender aos pré-requisitos básicos colocados pelo governo brasileiro. Contudo, independentemente da reação dos bancos, a hipótese de o governo iniciar entendimentos com o FMI antes do encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte — que aparentemente foi colocada na mesa pelo Brasil — preocupa pessoas familiarizadas com os rumos da negociação.

Os bancos credores tomaram conhecimento das linhas gerais da proposta na noite da sexta-feira passada. Elas foram transmitidas por telefone a William R. Rhodes, o executivo do Citicorp que preside o comitê de bancos credores, por um alto funcionário do Departamento do Tesouro. Alguns presidentes de grandes bancos também foram informados, por escalões mais elevados do Tesouro e do Fed, e fizeram consultas entre si, no fim de semana.

Na manhã da sexta-feira passada, David Mulford, o secretário do Tesouro adjunto para assuntos internacionais, tivera sua segunda longa conversa da semana com o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, que conduz as negociações com os bancos em nome do governo brasileiro.

No último sábado, Rhodes convocou uma reunião extraordinária do comitê para comunicar aos bancos o que ouvira de Washington. A partir daí, os credores passaram a esperar pela formalização da proposta pelo Brasil. Segundo uma fonte do comitê, no final da tarde de ontem Bracher reuniu-se com os bancos "para apresentar uma proposta".

Sintomaticamente, na noite da quinta-feira passada, Bracher conversara demoradamente com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, no hotel Meridien, em Nova York. Pouco antes, durante um de seus encontros regulares com o comitê de bancos, Bracher informara sobre seu encontro com Camdessus e, voltando-se para Rhodes, perguntara-lhe se ele tinha alguma mensagem a transmitir ao diretor-gerente do FMI.

Segundo uma pessoa presente à reunião, Rhodes agradeceu, disse que tinha seu próprio canal de comunicação com Camdessus mas não deixou passar a oportunidade para aconselhar Bracher a aproveitar o encontro para manifestar o interesse do Brasil em "iniciar imediatamente negociações com o FMI", com vistas a um acordo "stand-by".